

PLANO DE CURSO

LINGUAGEM SIMPLES APLICADA À JUSTIÇA DO TRABALHO (RES. 144/2023 CNJ) - T1/2026



Inscrições até o dia **11-03-2026** [neste link](#).

DATA/PERÍODO	13-03 a 30-03-2026		
FORMATO	Curso ▾		
MODALIDADE	EaD Autoinstrucional ▾ Curso cedido pelo TRT6.		
LOCAL	EJud4 On-Line		
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Conteudista ▾	Ana Elizabeth Japiá	Servidora da Escola Judicial do TRT6, licenciada em Artes Cênicas pela UFPE, pós-graduada em Arte-Educação e Língua Portuguesa; mestrado em Educação, Culturas e Identidades pela UFRPE.
2	Conteudista ▾	Eugenio Jerônimo (em memória)	Servidor do Núcleo de Comunicação do TRT6, mestre em Linguística pela UFPE, professor de redação, língua portuguesa e linguística.
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) do TRT4.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	150		
CARGA HORÁRIA	15 h/a		
JUSTIFICATIVA	Produzido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Ejud-6), este curso faz parte das ações integradas para o atendimento da Recomendação 144/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de utilização da Linguagem Simples pelos tribunais, nas comunicações e atos administrativos e jurídicos.		
EMENTA	Nível de linguagem e nível de compreensão. Conceito de linguagem simples. A linguagem jurídica em questão. A linguagem no processo e o direito à informação. Movimento mundial pela simplificação da linguagem no serviço público. Linguagem Simples no Poder Judiciário. Gêneros textuais da Justiça do Trabalho. Orientações para uma escrita em Linguagem Simples.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	UNIDADE 1 Aula 1: Nível de linguagem e nível de compreensão Aula 2: O que é mesmo linguagem simples? Um conceito operacional UNIDADE 2 Aula 3: A linguagem jurídica em questão Aula 4: A linguagem no processo e o direito à informação UNIDADE 3 Aula 5: Movimento mundial pela simplificação da linguagem no serviço público		

	Aula 6: Linguagem Simples no Poder Judiciário UNIDADE 4 Aula 7: Gêneros textuais da Justiça do Trabalho Aula 8: Orientações para uma escrita em Linguagem Simples
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	- sensibilizar a/o participante para a necessidade de simplificação da linguagem no contexto do serviço público; - apresentar conceitos e técnicas para uma escrita em Linguagem Simples; - levantar reflexões sobre a dimensão social dessa linguagem; - habilitar a/o participante a escrever textos administrativos e/ou jurídicos em Linguagem Simples.
METODOLOGIA	O curso segue o modelo autoinstrucional, em que o(a) aluno(a) decide, durante o período de realização, a melhor forma de administração do tempo de estudo (acesso ao curso 24 horas por dia). O curso apresenta 4 unidades, com textos e vídeos, de acesso obrigatório para a realização das atividades avaliativas.
AValiação	- Avaliação de aprendizagem: Questionário avaliativo ao final de cada módulo. Para aprovação, o(a) aluno(a) deverá realizar todas as atividades programadas e alcançar nota final igual ou superior a 70 pontos, o que corresponde a um mínimo de 70% do rendimento total proposto. - Avaliação de reação: Os/As participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando a avaliação de reação estiver disponível para preenchimento e deverão observar o prazo informado.
CERTIFICAÇÃO	- Para ser considerado(a) aprovado(a), o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período de realização do curso e alcançar o nível de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples do resultado obtido no questionário.
ACESSIBILIDADE	- Descrição de imagens - VLibras
FINALIDADES	- Magistrados/as: Formação Continuada; Promoção por Merecimento; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão. - Servidores/as: Adicional de Qualificação; Promoção; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão.
PROGRAMA	N/A
BIBLIOGRAFIA	N/A
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

-  ***1) Público interno do TRT4 - magistrados(as) e servidores(as), inclusive aposentados/as;***
-  ***2) Público externo.***